

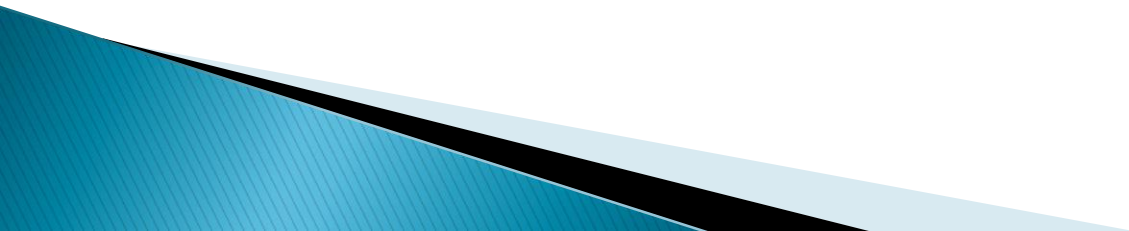
# Da Proteção à Infância e Juventude



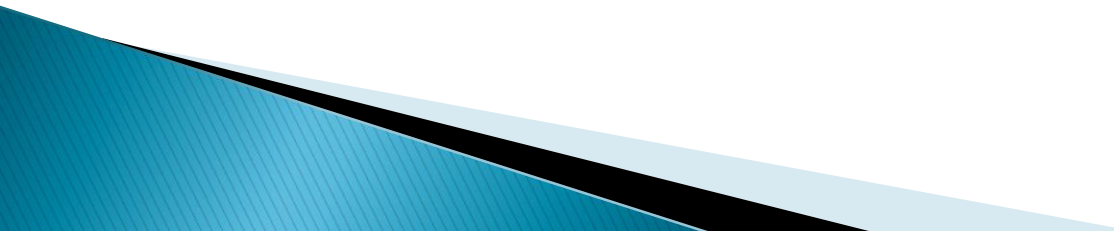
# Divisão da Palestra:

- ▶ Das medidas de proteção no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ▶ Da judicialização do direito à saúde no âmbito da Infância e Juventude.

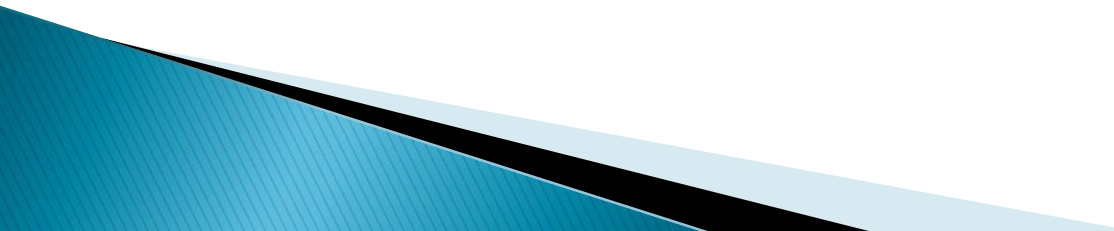
# Das medidas de proteção



# Disposições Gerais:

- ▶ Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
    - ▶ I – por falta ou omissão da sociedade ou do Estado;
    - ▶ II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
    - ▶ III – em razão de sua conduta.
- 

# Das Medidas Específicas de Proteção:

- ▶ Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
  - ▶ I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
  - ▶ II – orientação, apoio e acompanhamentos temporários;
  - ▶ III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
  - ▶ IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
  - ▶ V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
  - ▶ VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
  - ▶ VII – acolhimento institucional;
  - ▶ VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;
  - ▶ IX – colocação em família substituta.
- 

# Competência para aplicação das medidas específicas de proteção:

## ▶ Conselho Tutelar:

- As medidas específicas de proteção previstas no art. 101, I a VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

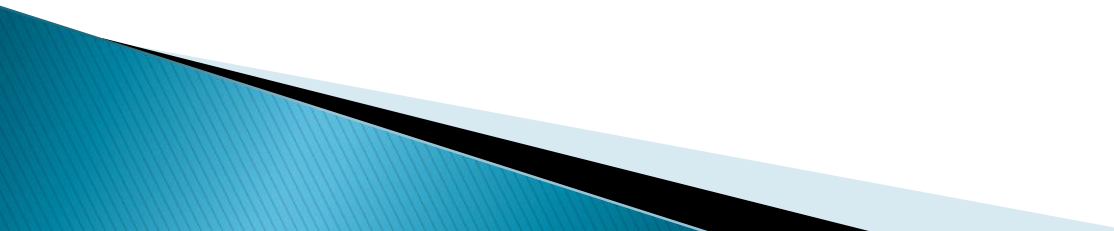
## ▶ Juiz(a) da Vara da Infância e Juventude:

- Todas as medidas específicas de proteção previstas no art. 101, I a IX, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

# Critério para a aplicação das medidas específicas de proteção:

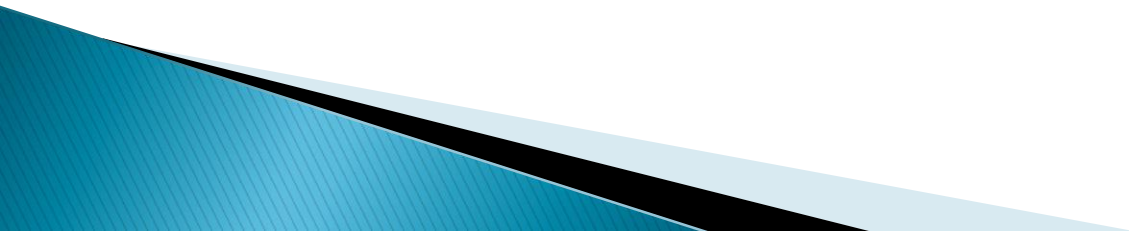
- ▶ Situação de risco à criança e ao adolescente – Déficit familiar.

# Acolhimento Institucional:

- ▶ Consiste na colocação de criança e adolescente em situação de risco em entidade de atendimento, governamental ou não governamental, presidida por um dirigente, guardião daqueles que estão sob os cuidados da instituição.
  - ▶ Tem como objetivo fazer com que a criança e o adolescente em situação de risco retorne ao seu grupo familiar ou seja colocado em família substituta.
- 



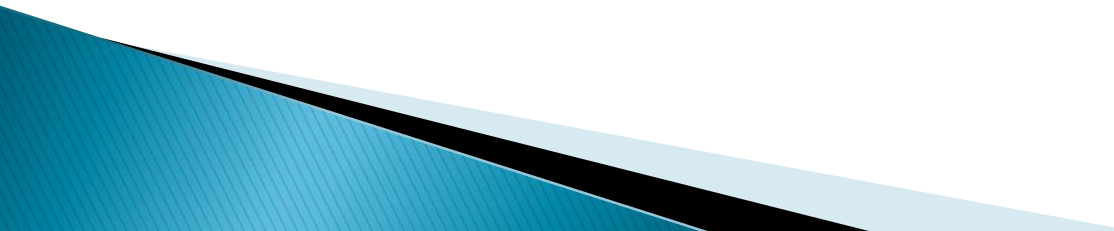
# Da judicialização do direito à saúde



# Problema:

- ▶ Delicado equilíbrio entre o direito à saúde de uns e o direito à saúde de todos os outros.

# Origem do problema:

- ▶ Falta de critérios legais para o fornecimento de medicamentos e/ou de tratamentos fora das “listas oficiais”;
  - ▶ Falta de critérios legais para a definição do ente federativo responsável pelo pagamento das despesas decorrentes do fornecimento de medicamentos e/ou de tratamentos fora das “listas oficiais”.
- 

# Reflexo do problema nos municípios:

- ▶ Falta de recursos financeiros para o fornecimento de medicamentos e/ou de tratamentos fora das “listas oficiais”;

# Fundamentos legais para o reflexo do problema nos municípios:

- ▶ Art. 196 da Constituição Federal. A saúde é direito de todos e dever do **Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- ▶ Art. 18, I, da Lei n.º 8.080/90. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e **executar** os serviços públicos de saúde.

# Atuação do Poder Judiciário:

- ▶ Critério fundamental para o acolhimento de pedido de fornecimento de medicamento e/ou tratamento fora das “listas oficiais”:
  - Comprovação médica concreta da necessidade do medicamento e/ou do tratamento como única solução para o tratamento da moléstia que acomete o cidadão;
- ▶ Critérios secundários para o acolhimento de pedido de fornecimento de medicamento e/ou tratamento fora das “listas oficiais”:
  - O medicamento e/ou tratamento deve ter eficácia comprovada, excluindo-se os experimentais e os alternativos;
  - Deve-se optar pelo medicamento e/ou tratamento de menor custo.